

# **A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA UPS-CIDADANIA EM CURITIBA: UMA ANÁLISE PARA CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DA REALIDADE DO BAIRRO TATUQUARA**

Daiane Fernandes Giorgi de Paula<sup>1</sup>

Reidy Rolim de Moura<sup>2</sup>

## **RESUMO**

O objetivo geral do presente trabalho está pautado em diagnosticar as contribuições do Programa UPS-Cidadania para a realidade da área de abrangência da UPS-Tatuquara, bem como analisar avanços e desafios para a melhoria das ações de continuidade pelo programa. Os objetivos específicos perpassam por contextualizar acerca da conquista da cidadania e sua relação com sociedade civil, nas quais se constituíram para promoção de direitos do cidadão, apresentar breve histórico do Programa UPS-Cidadania, bem como trazer informações da região a ser trabalhada, mostrando sua realidade através de dados iniciais e as principais ações já desenvolvidas. Desta forma pretende-se contribuir com sugestões de melhorias para implementação do Programa UPS-Cidadania nas áreas de segurança do programa, tornando ações efetivas e de continuidade, a iniciar pelo região do Bairro Tatuquara. Sua metodologia se consolida através de pesquisa bibliográfica, relato de experiência das ações da Residência Técnica e pesquisa documental. Diante destes esforços podemos identificar diminuição no índice de violência no local desde a implementação da Unidade Paraná Seguro, além de iniciativas como feira de serviços realizadas por parte das ações de Cidadania contando com parcerias de órgãos governamentais e não-governamentais.

**Palavras-chave:** direitos.sociedade civil.ações de cidadania

## **ABSTRACT**

The general objective of this work is based on the contributions program UPS-Citizenship diagnose for the reality of the area covered by the UPS Tatuquara, as well as reviewing progress and challenges for improvement of program continuity. The specific objectives pertain by contextualizing about the conquest of citizenship and its relationship with civil society, formed to promote citizens ' rights, to present a brief history of UPS-Citizenship program, as well as bring information from the region to be worked, showing your reality through initial data, and the main actions already carried out. In this way we intend to contribute with suggestions for improvements to the implementation of the UPS- Citizenship program in the areas of security, become effective actions and continuity, to start by Tatuquara the region. His methodology through bibliographical research, report of experiences of

---

1 Bacharel em Serviço Social pelo Centro Universitário do Norte-UNINORTE, Pós-Graduanda em Gestão Pública com ênfase no Sistema Único de Assistência Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG.

2 Professora Adjunta no Departamento de Serviço Social da UEPG. Doutora em Sociologia Política pela UFSC.

Technical Residence and documentary research. These efforts can identify decrease in index of violence at the local since the implementation of the Unit Insurance Parana, in addition to initiatives such as service fair conducted by the Citizenship actions relying on partnerships of government agencies and non-governmental organizations.

**Keywords:** rights.civil citizenship.actions of citizenship

## 1 INTRODUÇÃO

O Programa de Ações Integradas de Desenvolvimento e Cidadania – UPS – Cidadania<sup>3</sup>, regulamentado por meio do Decreto 8306 de 24/05/2013 foi instituído nas áreas de abrangência das Unidades do Paraná Seguro. Posteriormente através da Lei 18377 de 15 de Dezembro de 2013, foi instituído no âmbito do Estado do Paraná, o Programa de Ações Integradas de Desenvolvimento e Cidadania, a ser desenvolvido pelo Poder Executivo com a finalidade de planejar e executar ações integradas e políticas públicas, em parceria com órgãos e entidades da administração federal, estadual, municipal e sociedade civil, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades em situação de vulnerabilidade social.

As comunidades onde estão presentes as unidades Paraná Seguro em Curitiba são: Bairro Parolin, Bairro Uberaba, Vila Verde (Cidade Industrial de Curitiba), Vila Sabará (Cidade Industrial de Curitiba), Vila Nossa Senhora da Luz (Cidade Industrial de Curitiba), Vila Caiuá (Cidade Industrial de Curitiba), Vila Osternack (Sítio Cercado), Vila Sandra (Cidade Industrial de Curitiba), Vila Ludovica (Tatuquara), Vila Trindade (Cajuru).

A necessidade de implantar este programa surgiu através de um levantamento feito pelos comandantes das UPS, os quais constataram diversas problemáticas comuns em quatorze comunidades, envolvendo áreas como educação, saúde, saneamento básico, assistência entre outras.

Diante dessa realidade, tornou-se de suma importância um trabalho articulado junto a essas comunidades, sendo estes locais com grande incidência de vulnerabilidade social onde somente a presença da segurança pública mostrou-se insuficiente para alcançar resultados benéficos à sociedade.

---

<sup>3</sup> A legislação, relatórios do Programa, bem como demais informações sobre as ações realizadas encontram-se no sítio eletrônico [www.ups.pr.gov.br](http://www.ups.pr.gov.br)

Por esta razão, são urgentes ações integradas de desenvolvimento urbano, promoção social e resgate da cidadania e não só fortalecer o conceito de polícia cidadã - a qual se aproxima da comunidade de forma menos ostensiva - mas também instituindo de fato ações práticas, imediatas e de continuidade, que tragam respostas às demandas identificadas, as quais trarão uma melhoria de forma concreta com vistas a impactar a qualidade de vida destas comunidades. O Bairro Tatuquara foi escolhido para este estudo por se encontrar próximo a uma das regiões mais populosas do município de Curitiba, localizado na Cidade Industrial, com cerca de 172.822 habitantes, que é o maior bairro em extensão da cidade, é também o mais populoso<sup>4</sup>, segundo censo 2010 divulgado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. Já o Bairro Tatuquara possui 52.279 habitantes, sendo destes 8.532 em área de UPS, e por outro lado sustenta assim como tantas comunidades vulneráveis o estigma da segregação, fato que iremos contextualizar ao longo deste estudo.

Desse modo, para que alcancemos o desenvolvimento destas ações integradas de mobilização social nas comunidades onde estão localizadas as Unidades Paraná Seguro (UPS), visando a sustentabilidade e efetividade do programa, torna-se emergente resgatar por meio da sensibilização e envolvimento das comunidades em ações que contribuam para melhorar a segurança pública e o desenvolvimento socioeconômico local, para que não se percam os resultados já conquistados com a diminuição da violência desde a implantação da UPS.

## **2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA OU REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Cidadania e a conquista por direitos**

O exercício da cidadania é a forma mais concreta atualmente de utilizarmos nosso poder enquanto cidadãos. A partir deste exercício aprendemos não apenas sobre nossos deveres, mas também exercer nossos direitos historicamente conquistados. No Brasil vivenciamos um contexto de cidadania que ainda vivencia uma democracia tardia, onde os cidadãos demoraram a fazer parte do cenário das decisões e da participação social. Para a melhoria desta realidade é necessário que a sociedade se sinta estimulada a participar cidadania tão difundida.

---

4 Dados do IPPUC, disponíveis em <<http://www.ippuc.org.br>>

### Conforme destaca Gohn

O acesso a uma cultura dos direitos é um processo educativo não espontâneo. Pressupõe a participação da sociedade civil organizada e a existência de um sistema de governança social que estimule as redes de participação social, estruturadas a partir do território, que aposte na possibilidade transformadora dos conselhos, comissões, fóruns e outras instâncias de participação de representação da sociedade civil para uma gestão pública compartilhada. (GOHN, 2005, p. 16)

Quando falamos que a sociedade precisa ser estimulada, é por que de fato não é, e isto principalmente quando nos referimos à população em situação de vulnerabilidade social, pois estas são público alvo de políticas focalizadas, que muitas vezes não as emancipam verdadeiramente, no qual muitos tem dificuldades em se tornar independentes do sistema. Sendo assim a conquista da cidadania deve perpassar pela construção de uma nova cultura política de um povo, nação ou grupo social.

Neste contexto de participação social, também surge a categoria do Terceiro Setor, este intrinsecamente ligado às questões específicas de violações de direitos, o que torna-se muito mais evidenciado nas comunidades em situação de vulnerabilidade social, sendo os segmentos de crianças, mulheres e idosos os mais atingidos pela exclusão nas mais variadas formas. Diante dessa realidade é necessário superar com uma visão simplista, tradicionalmente marcado pela benemerência e o assistencialismo, como fora no surgimento das primeiras instituições sócio-assistenciais, no Brasil no século XVI. Ocorre que concomitante a esta fase

(...) nos países desenvolvidos o Estado de Bem Estar Social, o que transfere a ele (Estado) a responsabilidade de desenvolver ações de proteção social à população, através das políticas sociais. Porém o Estado regulou-se pelo princípio da subsidiariedade, repassando à sociedade civil a incumbência de desenvolver ações de enfrentamento à pobreza e às questões sociais. (OLIVEIRA;ENGLER.2009, p.280)

Sendo assim, a própria sociedade civil atua numa condição de complementaridade da execução das políticas em parceria com o Estado. No entanto para que a mesma trabalhe em prol do coletivo, é preciso que esta de fato esteja “organizada”, uma vez que a emergência do terceiro setor abriu prerrogativa para que diversas instituições se dispusessem a desempenhar o papel das políticas públicas e assim sendo co-responsáveis ao enfrentamento da questão social. Entretanto o acompanhamento destas instituições por parte do Estado requer uma avaliação periódica.

De acordo com Oliveira; Engler (2009,p.286), no tocante as questões que envolvem o terceiro setor, nota-se que o mesmo se tornou uma “figura híbrida, que não se situa nem no

setor público, nem no setor privado”, ou seja, as ações desenvolvidas partem do privado, porém os suportes financeiros e de infra-estrutura são públicos, oriundos do Estado.

Já Montañó (2002, p.288) desenvolve uma crítica ao terceiro setor, corrobora dizendo que as instituições que agregam o rótulo de terceiro setor não são o Governo e não são as organizações clássicas da economia.

O fato é que em razão da inoperância do estado em dar respostas e suprir as necessidades das demandas sociais, passou-se então a estimular a participação da sociedade civil organizada atuando na prestação de serviços nas mais diversas áreas, como saúde, educação, assistência social, entre outras.

Fazendo um paralelo entre o Programa UPS-Cidadania, para a realização das ações integradas a qual se dispõe, o mesmo possui uma Rede de Parceiros, tanto governamental, quanto não-governamental, contando com um Programa de Voluntariado, em que diversas instituições participam, e estas firmam acordo a partir da apresentação e execução de um plano de trabalho, contribuindo assim com as ações desenvolvidas pelo programa. Já as parcerias com os municípios onde existem unidades Paraná Seguro, são firmadas por meio de um Termo de Cooperação Técnica, no qual são estabelecidas as competências do município e do Estado, por meio da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, a qual é gestora do Programa UPS-Cidadania.

Uma percepção a se refletir no caso tratando-se das empresas que também participam de ações do programa, é que uma das razões que estimulam as instituições parceiras a contribuir com essas ações dizem respeito à questão da responsabilidade social empresarial, as quais despertam interesse em desenvolver projetos de geração de emprego e renda, reciclagem de lixo, hoje se pensando em uma sociedade mais “sustentável”.

Ademais, a respeito da relação sociedade civil e Estado, de acordo com Avritzer (2012, p. 385) o conceito de sociedade civil na América Latina surgiu como um conceito tripartite adaptado às formas de diferenciação entre o mercado, o Estado e a Sociedade que se consolidou na região ao longo do século XX. O mesmo traz ainda uma observação, segundo a qual no Brasil, com o avanço da democratização diferentes formas de relação entre sociedade civil e o Estado vão surgindo.

A emergência deste conceito envolve a prática dos atores sociais envolvidos e consequentemente sua autonomia frente a estas mobilizações. Um dos motivos para este crescimento está relacionado

No processo de deslocamento do campo para a cidade, a população de baixa renda foi despojada de direitos e alocada nas grandes capitais em lugares com pouco ou sem nenhum tipo de serviço público. A organização dos pobres brasileiros para lutar por serviços públicos é uma das origens da sociedade civil. (AVRITZER,2012,p.386)

Trazendo esta reflexão para os dias atuais, ainda acompanhamos as políticas urbanas habitacionais colocando estes cidadãos à margem dos serviços, na qual a população precisa se deslocar, muitas vezes com poucos recursos financeiros para acessar seus direitos.

O autoritarismo vivenciado no Brasil, devido a intervenção do Estado através da remoção de favelas, de áreas centrais das cidades brasileiras foi a mola propulsora para a mudança de postura da população. Vemos então que os pobres no Brasil organizaram-se a fim de reivindicar o acesso a bens públicos distribuídos de forma desigual nas cidades brasileiras (AVRITZER, 2012p.389). Daí surge uma nova forma de organização e participação social para melhoria nas condições de vida, podendo citar a organização de abaixo-assinados, convocação de autoridades estatais, demonstrações em frente a edifícios públicos e organização das assembleias de base, fatos esses que impulsionaram a busca pela reivindicação pelos direitos que hoje podemos usufruir.

## **2.2 O programa UPS-Cidadania: Breve contextualização**

O Programa UPS –Cidadania possui em seu lema a “Sociedade em Movimento pela Cultura da Paz”. Este pressuposto se desdobra através das ações de cidadania desenvolvidas para o acesso aos direitos das pessoas, principalmente voltadas àquelas que sofrem com a exclusão e marginalização social. Conforme ressalta Gohn (2005, p.20) “se queremos uma sociedade com igualdade e justiça social, devemos ter a paz como um valor fundamental e um direito humano”. Valendo citar ainda que “para construir a paz é preciso trabalhar as diferenças de toda natureza. (p.20)

Tratando-se de comunidades em situação de vulnerabilidade, cabe-nos aqui fazer um apontamento sobre este conceito atualmente tão utilizado. Simões (2010, p.311), reforça que a vulnerabilidade

É a condição, caracterizada por processos e situações sociais que gerem fragilidade, discriminação, desvantagem e exclusão da vida econômica, social e cultural. As vulnerabilidades são, em geral, objeto de políticas públicas programáticas, de amplo espectro social, cujos efeitos se manifestem como distribuição de probabilidades das populações afetadas. São aquelas que constituem o amplo contexto da ação da

assistência, no sentido de prevenção, proteção básica, promoção e inserção social e cujos efeitos definem, em geral, os seus destinatários.

De acordo com esta afirmativa, podemos identificar a importância das políticas públicas de forma planejada à população por meio de ações integradas onde todos os atores públicos possam participar e engajar-se no planejamento de ações estratégicas nas regiões em que os cidadãos mais tem seus direitos violados por omissão ou inoperância do Estado.

Primeiramente, através de ampla pesquisa de inteligência policial, foram identificados e presos homicidas, traficantes, entre outros autores de delitos, nas áreas com maior índice de violência. Este trabalho iniciou baseado no conceito de Polícia Cidadã, através de uma aproximação com a comunidade, estabelecendo uma relação de confiança com os moradores.

Assim, o Programa UPS-Cidadania foi instituído pelo Decreto nº8306 de 24 de maio de 2013 em seu artigo 1º, com a finalidade de planejar e executar ações integradas e políticas públicas, em parceria com órgãos e entidades da administração federal, estadual, municipal e sociedade civil que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades. Para este fim, o programa possui alguns eixos/áreas de atuação, sendo estes: saneamento básico, praças, parques, regularização fundiária; drogadição; viabilização de documentos; educação, trabalho e renda; Diagnóstico, pesquisa/ mobilização social.

Ao tratarmos das ações do programa, inicialmente foram levantados alguns dos principais problemas nas comunidades, tais como: saneamento básico, áreas de invasão, lixo acumulado nas ruas, vias públicas sem asfalto e sem calçada, falta de iluminação pública em praças, ruas e parques, estrutura de segurança, mato alto, construções abandonadas, crianças fora da escola no contraturno, gravidez na adolescência, envolvimento de crianças e adolescentes com uso de drogas, consumo de álcool e drogas por grande parte da população de baixa renda, falta de documentos (RG, CPF, CTPS), falta de trabalho e renda para jovens e adultos.

Inicialmente a partir desse diagnóstico preliminar e considerando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, para minimizar os problemas identificados as seguintes áreas de atuação foram priorizadas, em primeiro momento, pelo Comitê Gestor do Programa de Ações Integradas de Desenvolvimento e Cidadania – UPS – Cidadania: limpeza de vias públicas e saneamento básico; confecção de documentos; prevenção e combate à drogadição;

educação, trabalho e renda para adolescentes (menor aprendiz), crianças (contraturno) e adultos (reciclagem e cooperativas sociais); diagnóstico e mobilização social. Todas estas ações afirmativas foram realizadas em conjunto com as secretarias de estado. As ações do programa estão pautadas em Feiras de Serviços, Ações Continuadas e Mobilizações de Cidadania.

Ainda como resultados positivos ressaltamos as conquistas da certificação do Selo ODM, a qual é destinada a empresas públicas e do Terceiro Setor que realizam projetos que contribuem para o alcance dos ODM e, conseqüentemente com o desenvolvimento local, bem como a participação do Programa UPS-Cidadania no diálogo dos projetos vencedores do Ser Humano PR 2013 na área de sustentabilidade.

Para 2015, foram iniciadas novas discussões pela Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos para melhorias e implementação do Programa, contando com a participação da Secretaria de Assuntos Estratégicos que realiza uma gestão compartilhada do programa e também com a parceria do SESI (ambos partícipes do Termo de Cooperação) com o intuito de revisar as ações para 2015/2016, com foco principal em ações continuadas, assim priorizando parcerias para a regularização fundiária e geração de trabalho e renda, a iniciar por regiões prioritárias, sendo uma dessas o bairro Tatuquara.

Atualmente o programa volta suas ações solicitando à todas as secretarias que envie suas propostas junto ao programa para o ano de 2016, bem como indicação de representantes para compor o grupo de execução, a fim de consolidar as parcerias entre as pastas e fortalecer as ações a partir de um diálogo mais próximo com todos os membros partícipes do programa.

### **3 METODOLOGIA**

O presente estudo se configurará num relato de experiência onde a pesquisa para obtenção de dados se deu através de pesquisa bibliográfica e documental, análise dos relatórios do programa, observação durante o acompanhamento das reuniões de articulação com órgãos públicos/entidades sociais, bem como a utilização de levantamento de dados, diagnóstico social já realizados (dados secundários) sobre a região a ser analisada.

Com o intuito de melhorar o diagnóstico das comunidades atendidas pelo programa, o Comandante das UPS, elaborou e distribuiu um Questionário Inicial de Análise Ambiental,

sendo este respondido pelos Comandantes das UPS locais. Alguns dados no próximo item dizem respeito a este levantamento.

Também foi utilizado para análise o Relatório de atividades 2013-2014 no qual constam as principais atividades desenvolvidas. Também será abordada a apresentação da Metodologia utilizada em parceria com SESI/FIEP, chamada “Árvore da Atitude”, cujo objetivo trata em levantar as principais demandas elencadas pela própria comunidade local, Relatório de ações do Bairro Tatuquara, bem como mapas ilustrativos e demais figuras que possam representar a realidade local.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

De acordo com a avaliação quantitativa dos eventos realizados pelo Programa UPS-Cidadania, com vistas a mensurar a participação da população, podemos identificar em Curitiba, o alcance de 25.580 participantes distribuídos entre as comunidades Uberaba, Tatuquara, Osternack, Caiuá/Sabará, Vila Verde, Vila Trindade e Vila Nossa Senhora da Luz.

Em Cascavel, no bairro Interlagos, contou com 6.000 participantes (aproximadamente), no município de Colombo na Vila Zumbi com 1.500 participantes (aproximadamente) e em Londrina, no bairro União da Vitória com a participação de 5.000 participantes (aproximadamente).

Os resultados positivos do projeto-piloto de ações de mobilização social na comunidade do bairro Tatuquara em Curitiba, por meio da sensibilização e envolvimento das comunidades em ações de sustentabilidade ambiental e socioeconômica, em parceria com vários órgãos e secretarias estaduais e municipais, além da FIEP/SESI/SENAI, compreendendo ações de limpeza de vias públicas e feiras de serviços, com atividades de vacinação antirrábica gratuita; emissão de documentos pessoais (RG, CPF e CTPS).

Ainda contempla as seguintes ações: orientações sobre horta doméstica e projeto de educação em agroecologia; cadastro de emprego, habilitação de seguro desemprego, informações e encaminhamentos para cursos de qualificação; orientações sobre defesa de direitos da mulher e do consumidor; oficina para mulheres sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio; biblioteca, espaço de leitura e atividades culturais; divulgação das atividades de contraturno escolar (Vila da Cidadania); orientação educacional para o trânsito e mobilidade urbana; orientações e cadastramento de tarifas sociais de água e luz e informações sobre saneamento básico; informações sobre cursos de educação profissional do

PRONATEC e matrículas para cursos de iniciação educação à distância; degustação e agendamento para o curso Cozinha Brasil; atividades de esportes, lazer e recreação; Cavalaria e Batalhão de Trânsito; apresentação da Banda de Música da Polícia Militar; ações do Programa Comunidade Escola; ações de voluntariados; outras atividades.

No total, segundo levantamento<sup>5</sup> feito pelo programa, a feira contou com a participação de aproximadamente 3.000 pessoas, sendo oferecidos em torno de 55 serviços disponíveis no dia.

Ademais, podemos discutir a respeito da metodologia aplicada pelo SESI/FIEP, nas comunidades onde são levantadas as demandas apontadas pelos próprios moradores através da “Árvore da Atitude”, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e resgatar o direito à cidadania de cada morador, onde primeiramente os moradores recebem informações acerca dos Objetivos do Milênio (ODM) e posterior a uma reflexão todos são convidados a participar, onde os mesmos opinam sobre como podemos alcançar cada objetivo do milênio. De acordo com o Relatório<sup>6</sup> da atividade, pode se considerar que a maior participação nesta ação no bairro Tatuquara, foram crianças nascidas entre 2002 e 2007 representando aproximadamente 85% dos participantes.

Algumas percepções interessantes sobre o relatório, descrevem que os adultos eram um pouco resistentes em participar da atividade e davam a desculpa de que seu filho (a) já havia participado, que passava a impressão de que os pais querem deixar apenas para os filhos a responsabilidade de mudar o mundo, ou então, devido a realidade em que vivem, pode ser que vejam os ODM como algo muito utópico. Já os adultos que se dispunham a participar da atividade já vislumbravam como algo muito simbólico e de real importância para os dias de hoje, expondo seus desejos e vontades para que cada objetivo fosse alcançado.

Dentre os ODM mais escolhidos tivemos o objetivo 1 - acabar com a fome e a miséria; 2- educação básica para todos; 5 - melhorar a saúde das gestantes e; 7 - qualidade de vida e meio ambiente. Isso traduzido em palavras representa a voz de cidadãos que mesmo

---

5 O levantamento realizado consta no Relatório de ações da Feira de Serviços – Bairro Tatuquara, ocorrida em 11 de maio de 2013, na Escola Municipal Maria Ienkot Zeglin.

6 A metodologia Árvore da Atitude é uma atividade realizada pelo SESI, em parceria com o Programa UPS-Cidadania, com vistas ao levantamento das principais demandas da comunidade a ser trabalhada para posteriormente serem apresentados projetos que possam contribuir para a diminuição da problemática vivenciada pela comunidade-local. O Relatório da atividade está disponível no link relatórios e documentos no site do programa Ups-Cidadania em [www.ups.pr.gov.br](http://www.ups.pr.gov.br)

convivendo em regiões violentas, passando por diversos tipos de privações acreditam num mundo melhor e tem consciência de que podem modificar o lugar em que vivem.

Abaixo segue imagem da árvore da atitude registrada com as contribuições da população.



Diante das especificidades de cada comunidade e segundo o princípio da regionalização as necessidades populacionais não são as mesmas, portanto segundo Simões (2010, p.198) a expressão de suas demandas da vida material e cultural, em uma dada região, que evidenciem sua situação de pobreza ou carência social.

Pensando nesta conjuntura, passados dois (02) anos do início da implantação<sup>7</sup> da Unidade Paraná Seguro – Tatuquara e visando melhorar o diagnóstico das comunidades, foi novamente iniciado um levantamento de informações. Em relação às demandas identificadas, podemos elencar as seguintes informações:

#### 4.1 Dados Populacionais do Bairro:

---

<sup>7</sup> De acordo com o cronograma de implantação, a Unidade Paraná Seguro – Tatuquara foi inaugurada em 1º de Outubro de 2012, conforme informações da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP), disponível em < [www.seguranca.pr.gov.br](http://www.seguranca.pr.gov.br) >

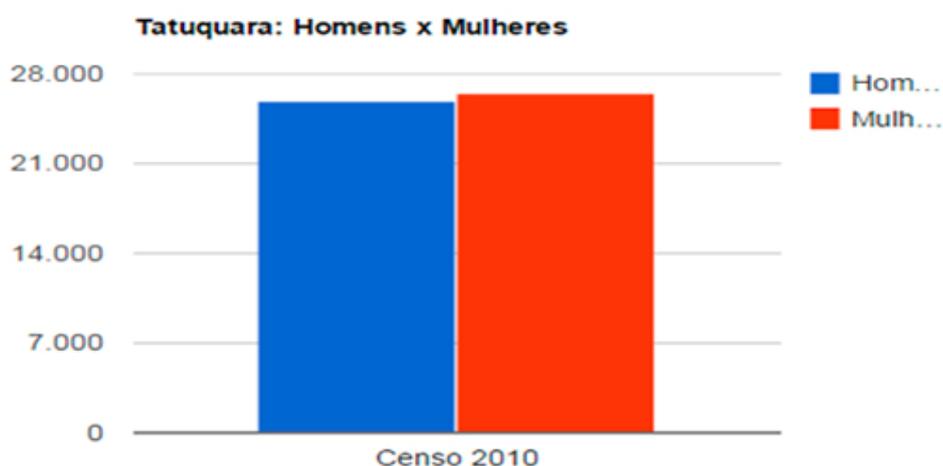
Informações sobre a Unidade Paraná Seguro Tatuquara

Variável	Bairro Tatuquara	UPS Tatuquara	Representatividade (%)
Perímetro	0,0 km	7,0 km	00,0
Área	11,23 km <sup>2</sup>	1,9 km <sup>2</sup>	16,9
População	52.279 hab.	8.532 hab	16,3

Fonte: IBGE 2010

#### 4.2 Faixa Etária Homens x Mulheres:

Conforme o censo 2010 a população de Tatuquara é distribuída entre homens e mulheres. A População masculina, representa 25.853 hab, e a população feminina, 26.426 hab. O gráfico abaixo demonstra essa relação:



Fonte: populacao.net,2015.

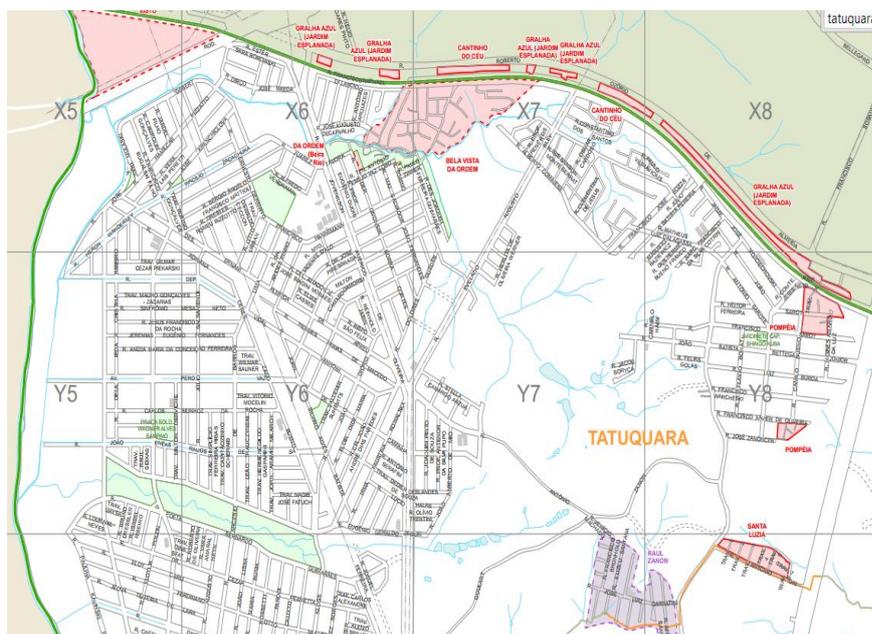
De acordo com o gráfico, no bairro Tatuquara, existem mais mulheres do que homens. Sendo a população composta de 50.55% de mulheres e 49.45% de homens. Donde se verifica a necessidade de políticas públicas de capacitação voltada para o público feminino com disponibilização de creches e curso para crianças e adolescentes com o fim de tornar essa maioria de mulheres com idade economicamente ativa que possam estar incluídas no mercado de trabalho.

#### 4.3 Equipamentos Sociais:

Atualmente o Bairro conta com os seguintes equipamentos: 04 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), 08 Escolas Municipais de Ensino Infantil, 10 Escolas Municipais de Ensino Fundamental, 04 Escolas Estaduais, 01 Armazém da Família, 03 Academias ao Ar Livre, 01 Centro Esportivo, 05 Unidades Básicas de Saúde, 08 Organizações do Terceiro Setor, 01 Liceu de Ofícios.



Da mesma forma, encontramos informações sobre a região em relação à exclusão social no que tange o direito à cidade, onde em bairros como o Tatuquara – o mais pobre da capital – o crescimento populacional ainda é assombroso, chegando a quase 4% – algo próximo de 2 mil pessoas ao ano. A crítica dos movimentos sociais à prefeitura, inclusive, é que todos os problemas de Curitiba têm sido empurrados para aquela região, desrespeitando o Estatuto da Cidade, cujo espírito de lei é mesclar camadas diferentes da população em diferentes lugares, em vez de segregá-las em áreas longínquas e sem estrutura, o que contraia o Estatuto da Cidade.



Atualmente o bairro conta com uma melhora na oferta de equipamentos públicos disponíveis a população, no entanto as políticas públicas precisam ser viabilizadas ainda mais de modo a trazer uma mudança positiva no cotidiano desta comunidade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é possível perceber a relevância de ações integradas e planejadas para propiciar a ampliação da garantia dos direitos básicos às comunidades que mais carecem por demandas dos serviços públicos, as quais tornaram-se emergentes por diversos motivos que as levam a ser excluídas de participarem de forma integral dos direitos como cidadãos.

O Programa UPS-CIDADANIA, está imbuído nesta conjuntura, onde se procura articular a segurança com a cidadania, para que juntos possam viabilizar através de suas ações o desenvolvimento das comunidades atendidas.

Tendo isso em vista, o objetivo do presente estudo, somado ao levantamento das informações acima elencadas visam dar suporte para melhorar e potencializar as ações que precisam ser implementadas a partir de agora na região através do Programa UPS-Cidadania. Para isso é preciso validar e valorizar os espaços públicos, restabelecendo novas parcerias com o município e com demais atores que possam se envolver reforçando ali ações efetivas para de fato levar melhorias para a comunidade local.

Nesse contexto, as contribuições acerca do acesso à Cidadania pelas comunidades de maior vulnerabilidade, nos ressalta a importância de construir propostas para melhoria do Programa UPS-Cidadania, por meio de ações continuadas. Frente a este desafio algumas alternativas podem ser sugeridas, tais como: validar os espaços públicos existentes no entorno da comunidade atendida pelo programa, tendo como base para concentração destas ações a Unidade Paraná Seguro com ações para família como esporte lazer/entretenimento, pois de acordo com as visitas realizadas podem ser constatados diversos espaços subutilizados os quais passam a ser fechados ou utilizados para consumo de drogas; expandir o programa para outras regiões onde não exista uma Unidade do Paraná Seguro, pois acredita-se que a cidadania pode chegar aos espaços sem que necessariamente seja conquistada através da força policial; utilizar o entorno da UPS com ações de continuidade, num molde de “Caravana da Cidadania” considerando a parceria com diversas instituições que utilizam unidades móveis, as quais poderiam servir de base para as atividades/ações, com cronogramas específicos para as regiões atendidas, em uma espécie de rodízio, porém com eventos simultâneos.

Outro desafio a ser enfrentado ,talvez um dos mais representativos por impactar diretamente o cotidiano dos moradores é em relação a regularização fundiária nas comunidades atendidas pelo programa, onde necessita um acordo com o município de Curitiba, para que a população tenham minimamente seus direitos assegurados para ter acesso a saneamento básico e energia elétrica, pois não havendo esta regularização, há impedimentos para que estes direitos de fato se concretizem.

Também destacamos a relevância de articular as ações do Programa UPS-Cidadania com o Departamento de Direitos Humanos e Cidadania (DEDIHC) o qual faz parte do mesmo órgão gestor (SEJU), onde possam ser estabelecidas ações não somente em feiras de serviços –como é desenvolvida desde a implantação do programa- mas também em ações continuadas por meio da Divisão de Políticas de Direitos Humanos, identificando possibilidades de atuação nas comunidades atendendo diversos segmentos populacionais, como migrantes,

população em situação de rua, entre outros que precisam de orientação e encaminhamentos necessários para acessar seus direitos.

Por fim citamos também a necessidade de se instalar comitês locais, nos municípios que existem unidades de UPS. Atualmente o programa possui parcerias com os seguintes municípios: Curitiba, por meio do Termo de Cooperação Técnica 001/2013, com os municípios de Londrina e Cascavel, por meio do Termo de Cooperação Técnica 007/2013, seguindo tratativas com os municípios de Colombo e São José dos Pinhais. Os comitês locais viabilizariam o acompanhamento dos projetos e ações continuadas, que necessitam de um acompanhamento e avaliação além de estabelecer cotidianamente um diálogo com a comunidade, lideranças locais, instituições parceiras naquele município, potencializando assim as ações do UPS-Cidadania, fazendo a interlocução entre Estado e Município, já que a coordenação do Programa situa-se na capital.

## REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonarndo. **Sociedade Civil e Estado no Brasil**: da autonomia à interdependência política.in: Opinião Pública.Vol. 18. Nº 2. Novembro. Campinas, 2012. (p. 383-398)

ENGLER, Helen Barbosa Raiz; OLIVEIRA, Lílian. **Parceria entre Estado e Terceiro Setor**: uma alternativa no enfrentamento das questões sociais. In: Serviço Social e Realidade. V18.n1. Franca, 2009. (p. 277-299).

GAZETA DO POVO. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/todas-as-dores-do-tatuquara-b635gz01ihleabzfgzrogrjf2>>. Acesso em 18/08/2015.

GOHN, Maria da Glória. **Cidadania e Direitos Culturais**. In: Katálysis. v.8 n.1 jan./jun.2005. Florianópolis.

IPPUC, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba<<http://www.ippuc.org.br>>Acesso em 14/08/2015.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**; crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002. 288 p.

PARANÁ. Casa Civil. Decreto 8306 de 24 de maio de 2013. Disponível em <<http://www.legislacao.pr.gov.br>> Acesso em 29/07/2015.

\_\_\_\_\_.Casa Civil. Lei 18.377 de 15 de dezembro de 2014. Disponível em <<http://www.legislacao.pr.gov.br>> Acesso em 29/07/2015.

POPULAÇÃO, Disponível em <[http://populacao.net.br/populacao-tatuquara\\_curitiba\\_pr.html](http://populacao.net.br/populacao-tatuquara_curitiba_pr.html)> Acesso em 23/08/2015.

PROGRAMA UPS-Cidadania. Disponível em <[ww.ups.pr.gov.br](http://ww.ups.pr.gov.br)> Acesso em 05/08/2015.

SESP, Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária. Disponível em <[www.seguranca.pr.gov.br](http://www.seguranca.pr.gov.br)> Acesso em 22/08/2015.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**.4.ed.São Paulo: Cortez, 2010.

TERRA DE DIREITOS. Disponível em <<http://terradedireitos.org.br/2012/10/23/brasil-de-fato-%E2%80%9Cnosso-deficit-nao-e-de-casas-e-de-cidade%E2%80%9D/>>. Acesso em 23/08/2015.